

# NEM SÓ DE BONINAS VIVE O POETA: A QUESTÃO DO DINHEIRO NA POESIA ROMÂNTICA PORTUGUESA

Eduardo da CRUZ\*

- **RESUMO:** Ao longo do século XIX, em Portugal, presenciamos a profissionalização do literato, que se vê obrigado a vender suas obras no mercado. No presente ensaio, avaliamos como aparecem as relações entre poesia e valor, dinheiro e pobreza, trabalho e composição poética, e como alguns poetas românticos posicionam-se sobre esses assuntos em seus poemas. Partimos das três figuras principais da primeira geração: Almeida Garrett (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1975) e Alexandre Herculano (1810-1877), para depois observar a obra de Gomes de Amorim (1827-1891), conhecido na época como “poeta-operário”, e verificar se sua situação social interfere em sua produção poética.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Poesia. Dinheiro. Trabalho. Romantismo.

A deusa que adora a sociedade moderna não é Vénus, nem Minerva, mas a deusa da abundância – Cíbele. É necessário que os seios opulentos da imortal diva satisfaçam a avidez que devora esta geração. [...]

O poeta é portanto um hóspede importuno numa sociedade que se entrega à satisfação dos seus desenfreados apetites e onde a pobreza é um crime e uma vergonha. (MENDONÇA, 1982, p.211).

António Pedro Lopes de Mendonça (1826-1865) não poderia ter sido mais exato ao descrever o mundo capitalista. Nessa sociedade, o poeta é “um hóspede importuno”. Ninguém quer ouvi-lo. Talvez por isso Camões tenha ficado com a voz enrouquecida n’*Os Lusíadas*. Lopes de Mendonça (1982, p.211) informa mais: “[...] ninguém aspira senão a alcançar uma posição distinta ou uma fortuna opulenta”. E o poeta?! Não aspira fortuna e fama?

O que pretendemos explorar neste ensaio é como os poetas portugueses do século XIX percebem a questão do valor, do dinheiro, do mercado. Cesário Verde tinha isso bem claro: “Nas letras eu conheço um campo de manobras; / Emprega-se

---

\* UFF – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura. Niterói, RJ– Brasil. 24210-201- eduardodacruz@gmail.com

Artigo recebido em 01/07/12 e aprovado em 10/11/12

a *réclame*, a intriga, o anúncio, a *blague*./ E esta poesia pede um editor que pague/ Todas as minhas obras [...]” (VERDE, 2003, p.34). O que procuramos é examinar como se dá essa relação entre poesia e dinheiro antes de Cesário, poeta tão caro a Fernando Pessoa que Jorge Fernandes da Silveira (1995, p.72) chega a considerá-lo “[...] pioneiro do modernismo português, quase seu contemporâneo, quero dizer, o privilégio de ser o precursor do modernismo de Pessoa & Cia Poética Ltda”.

Estamos, é claro, preocupados com a poesia do Romantismo português. É Maffei (2009), apoiado nas considerações de Eduardo Lourenço, quem atiza o pensamento:

Aliás, a pobreza camoniana valorizar via avesso, logo em estado de resistência, o vate, é tópico rascunhado por alguns românticos, Herculano inclusive (penso em Afonso Domingues, receptor de uma tença que é, apesar de “avultada” (HERCULANO, s/d, p. 214), índice da injustiça sofrida pelo arquiteto, duplo de Camões, em “A Abóbada”), e consolidado, por poetas como Sena, Sophia de Mello Breyner Andresen, Armando Silva Carvalho etc., no século XX. (MAFFEI, 2009, p. 86-87).

Pobreza implica necessariamente dinheiro, ou a falta dele. O fato de Camões ter morrido pobre, apesar da famosa tença que recebera (por seus feitos como soldado, não como poeta), ser tema da literatura romântica portuguesa indica que esses poetas não estavam se esquecendo da problemática do mercado literário. Ou, pelo menos, indica que eles tinham consciência da dificuldade de se ganhar fortuna pela poesia. O que nos propusemos a investigar foi até que ponto isso efetivamente preocupava os poetas portugueses, ou melhor, se essa preocupação era transmitida em sua produção poética.

Para isso, primeiramente examinamos o “triumvirato” romântico, formador e incentivador de novos poetas: Almeida Garrett (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Alexandre Herculano (1810-1877). Não imaginamos que a relação entre seus poemas e valor financeiro seja farta ou explícita, por um motivo muito simples: para relacionar dinheiro como pagamento pelo trabalho poético é preciso pensar a questão da propriedade literária. Só com esse conceito estabelecido é que será possível ao poeta pretender um valor monetário no mercado literário.

Além da famosa polêmica entre Garrett e Herculano sobre propriedade literária, suscitada pela questão do acordo com a França sobre este tema, podemos perceber uma discussão anterior a esta. É o caso, por exemplo, de Castilho, na época em que era redator da *Revista Universal Lisbonense* (janeiro de 1842 a junho de 1845), quando se bate contra os periódicos que copiam os artigos publicados na *Revista*. No número 30 do primeiro volume, de 28 de abril de 1842, num texto dirigido “à imprensa e ao público”, a redação informa que, apesar de ainda não haver lei de propriedade literária, ela é um direito, e informa que todos os artigos impressos nela são de sua propriedade ou da *Revista* e de seu autor. A redação permite reprodução apenas quatro

dias depois de publicado na *Revista Universal* e apenas nos jornais por ela indicados. Para isso, pede a colaboração dos demais redatores contra os “impressores traficantes” e “piratas litterarios”<sup>1</sup> (CASTILHO, 1842, p.353).

A questão entre Garrett e Herculano, de 1851, sobre o acordo com a França, aponta divergências de pensamento. É o momento de resolver as questões que irritavam Castilho. Basicamente, Herculano defendia que o valor recebido pelo autor de um texto seria para pagar o tempo gasto em produzi-lo, da forma como fosse acertado entre o autor e o editor. A partir daí, nada mais deveria caber ao autor, independentemente de quantos livros fossem vendidos (HERCULANO, [19--b]). Novas edições seriam, portanto, mais baratas, pois dependeriam apenas do custo de reprodução. Garrett, por outro lado, defendia a propriedade literária praticamente como nós a vemos hoje. No fundo, a questão era maior. Herculano temia que Portugal fosse invadido por obras francesas de má qualidade, dificultando o trabalho de tradutores e editores portugueses. Além disso, ele sabia que o oposto, a venda de livros portugueses na França, não seria no volume suficiente para criar qualquer embaraço à indústria literária francesa. De qualquer forma, essa questão interessava muito mais aos pequenos autores do que aos dois grandes literatos, como Herculano assume numa carta a Garrett, de 29 de dezembro de 1851:

Entre nós podemos pôr de lado certa modestia que assenta bem em publico; eu e V. Ex.<sup>a</sup> somos quem vende melhor os seus livros em Portugal e no Brasil: sabemos que elles apparecem nos mercados d’Hespanha, de França, de Allemanha e d’Inglaterra. Não posso senão ganhar com leis e tratados de propriedade litteraria. Como entendo, porém, que a opinião contraria a isso é a verdadeira e legítima, continuarei a sustentá-la emquanto V. Ex.<sup>a</sup> me não desiludir. Tenho sacrificado tudo á honesta independencia das minhas opiniões: acho-me, por isso, na mesma condição social em que estava ha 16 annos; e contente, sem invejar ninguem. Sacrificaria tambem a essa independencia alguns cruzados mais, que a propriedade litteraria me possa grangear [...]. (HERCULANO, [19--a], p.21-22).

Herculano não dependia da venda de seus livros, tinha, desde 1838, o cargo de bibliotecário das bibliotecas reais da Ajuda e das Necessidades. Além disso, foi jornalista, tendo redigido o *Panorama* entre 1837 e 1839 e em 1843, e o *Diário de Governo* em 1838. Garrett ocupou diversos cargos públicos, inclusive foi diversas vezes deputado e, mais tarde, Par do Reino. A situação de Castilho é mais temerária. Quando jovem, após fazer uma ode a d. João VI, consegue uma mesa de despacho, mas seu cargo é extinto com a revolução liberal. Foi redator da *Revista Universal Lisbonense*, mas sobrevivia, basicamente, da venda de seus livros. Talvez por isso

---

<sup>1</sup> Optamos por manter a ortografia original em todas as citações.

a preocupação em lançar edições diferentes de vários deles. Também cobrava do governo algum tipo de pensão, ou tença, para se manter em Portugal. Com inúmeras negativas, foi aos Açores e depois ao Brasil, mas acabou retornando a Lisboa, onde terminou sua vida lutando por seu método de ensino e fazendo traduções. Estariam essas diferentes perspectivas sobre propriedade literária e a necessidade de rendimento presentes nas obras desses autores?

Sabemos que a relação entre literatura e dinheiro está presente em obras canônicas da literatura portuguesa do período. Basta ver a crítica aos “barões” e ao método de se compor romances históricos em *Viagem na Minha Terra*<sup>2</sup>, de Garrett. Em *Eurico, o Presbítero*<sup>3</sup>, de Alexandre Herculano, a questão da traição de nobres e bispos por riqueza e poder é o que permite a invasão moura na Península Ibérica; e o pai de Hermengarda não permite que ela se case com o gardingo Eurico “[...] porque velho orgulhoso e avaro sabia mais um nome de avós do que eu, e porque nos seus cofres havia mais alguns punhados de oiro do que nos meus” (HERCULANO, [19--c], p.41). Ou no final do romance de Camilo Castelo Branco (1856, p.389), *Onde está a Felicidade?*, “está debaixo d’uma taboa, onde se encontram setenta contos de reis [...]”.

Porém, esses são casos de prosa. Essa temática é tida como marginal à poesia. Por outro lado, o Romantismo é uma revolta contra a modernidade capitalista:

Antes de mais, indiquemos com duas palavras a essência de nossa concepção: para nós, *o romantismo representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)*. Podemos dizer que, desde sua origem, o romantismo é iluminado pela dupla luz da estrela da *revolta* e do “sol negro da *melancolia*” (Nerval). (LÖWY; SAYRE, 1995, p.34, grifo do autor).

Destarte, imaginamos ser possível encontrar esses dois estados mentais na poesia romântica, que, aliás, andam juntos. A revolta romântica pode aparecer como crítica moderna ao seu próprio tempo pelo viés de uma esperança de melhoria, ao mesmo tempo em que pode surgir como uma saudade do passado. Preferimos utilizar saudade em vez de melancolia por acreditarmos que a palavra portuguesa tem um significado mais justo ao pensamento romântico, pois não é um desejo de retorno ao passado que se apresenta, muito menos causando prostração, mas uma inspiração no passado para projetar um futuro melhor frente ao presente. Como o pensamento romântico é inerentemente contraditório, uma vez que se revolta contra a modernidade ao mesmo

---

<sup>2</sup> Teve os seis primeiros capítulos publicados na *Revista Universal Lisbonense* em 1843, depois todos os capítulos foram publicados no mesmo periódico em 1845, tendo saído em volume em 1846.

<sup>3</sup> Alguns capítulos foram publicados na *Revista Universal Lisbonense* em 1842 e um pequeno trecho no *Panorama* em 1843. A obra completa saiu em volume em 1844.

tempo em que é um pensamento moderno, deve ser possível encontrar tanto a recusa a tratar de temas ditos prosaicos quanto a crítica ao seu tempo através, justamente, dessa temática.

O poema *Camões*, de Garrett, como a crítica tradicional aponta, introdutor do Romantismo literário em Portugal, não poderia estar de fora de nossa análise. Publicada pela primeira vez em 1825, será a obra que alçará Camões ao pedestal em que os românticos o vêem<sup>4</sup>, além de ter inspirado ou motivado outros poetas.

“A acção do poema é a composição e publicação d’*Os Lusíadas*” (GARRETT, 1963, p.293). O que Garrett nos indica no prólogo da primeira edição desse poema é uma preocupação com a questão da publicação de uma obra literária. O enredo do poema é justamente a questão do prêmio ou da tença que Camões deveria receber por ter escrito tal livro e não recebe. Antes de ir ao paço de Sintra encontrar d. Sebastião, Camões fala:

Acautelar-se é lei. Meu haver único,  
Todos os meus tesouros são um livro.  
Pouco valor, – nenhum tem porventura;  
Mas de longas fadigas, do trabalho  
Da vida inteira é fruto. Escrito em partes  
Com lágrimas há sido, e bem pudera  
Com sangue em muitas. [...] (GARRETT, *Camões*, IV, 2).

Seu livro, ao mesmo tempo que tem “pouco valor”, é “todos os [seus] tesouros”. Essa é a dupla questão que muitos poetas vão levantar, o valor da poesia e o preço que se obtém por ela enquanto mercadoria, pois desta forma não se consegue muito. Vejamos o que nos diz sobre isso a personagem d. Sebastião:

- Sim, quero ouvi-lo,  
Quero e desejo: não ignoro o preço  
Das boas letras, nem de um raro engenho  
A estima desvalio: em prol da Pátria  
Uns obram coa espada; cumpre a outros  
Coa pena honrá-la. (GARRETT, *Camões*, VII, 9).

---

<sup>4</sup> Comenta Lourenço (1999, p.55-57): “À primeira vista, elevar a obra de Camões ao estatuto de mito literário de configuração romântica não deixa de ser surpreendente. É verdade que o interesse parece centrar-se tanto ou mais no destino do poeta guerreiro, na sua vida infeliz e aventureira, do que na sua obra.[...] Durante todo o nosso século XIX há uma espécie de vaivém entre a leitura que fazemos do nosso destino coletivo e a imagem de Camões”.

N' *Os Lusíadas* (VII, 79, v.8), Camões informa ter “numa mão a pena e noutra a espada”. Justamente por ter numa mão a espada que conseguiu a conhecida tença, pois o prêmio por “obrar” com a pena, prometido por d. Sebastião no texto de Garrett, não recebeu. Essa crítica de Garrett mostra que ele estava atento ao seu próprio tempo, em que, talvez, não recebesse o devido valor por suas obras. Sua visão sobre essa questão era divergente da de Herculano.

O historiador parece encarnar o ideal de pureza do poeta que deve ser alheio às riquezas do mundo. Há uma proposta em seus poemas: uma crítica à tirania e plena defesa da liberdade. Ao poeta não cabe receber valor financeiro em troca de seu papel de defensor da liberdade – a pena é a espada. Vejamos um trecho de “A Victoria e a Piedade”:

Eu nunca fiz soar meus pobres cantos  
Nos paços dos senhores;  
Eu jámais consagrei hymno mentido  
Da terra aos oppressores.  
Mal haja o trovador que vai sentar-se  
Á porta do abastado,  
O qual com ouro paga a propria infamia,  
Louvor que foi comprado.  
Deshonra áquelle, que ao poder e ao ouro  
Prostitue o alaúde!  
Deus á poesia deu por alvo a patria,  
Deu a gloria e a virtude.  
Feliz ou infeliz, triste ou contente,  
Livre o poeta seja,  
E um hymno isento a inspiração transforme  
Que na sua alma adeja. (HERCULANO, [19--d], p.85).

O poeta, segundo Herculano, para ser livre, não pode se prostituir, tem que se manter isento sempre. É a mesma defesa de sua visão de propriedade literária em 1851. Como não necessitava do dinheiro da venda de suas obras, não deve ter pensado na dificuldade de ser livre precisando atender ao mercado. Deve o poeta viver de abnegação? Outro poema começa com uma crítica aos prazeres do mundo é “Num Álbum”:

Quando Senhor envia  
O trovador ao mundo,

Faz devorar a essa alma  
Fel amargoso e immundo;

[...]

E quando bem souberes  
Que tudo é sonho vão;  
Que é nada a dor e o goso,  
Solta o teu hino então. (HERCULANO, [19--d], p.157).

Herculano sabe que não é possível criticar o mundo sem conhecê-lo. O que ele não faz é valorizar seus prazeres, identificando tudo como “sonho vão”, cabendo ao poeta mostrar essa “verdade” à sociedade. O poeta acabará por sofrer.

Dentro do Romantismo e de acordo com o seu temperamento, Herculano adoptou uma concepção do dever do poeta que o levou a excluir certos temas e a privilegiar outros. Nenhuma concessão, por exemplo, à sensualidade, àquelas “afeições materiais” a que se refere, como já vimos, nas *Cenas de um Ano de Minha Vida*. *O Monge de Cister* contém um passo revelador em que Herculano confessa as ambições que o animam; “glória literária”, “o amor da independência”, “o orgulho do proceder honesto”. (COELHO, 1978, p.10, grifo do autor).

Herculano recusa-se a poetizar sobre “afeições materiais”, sua preocupação maior é puramente moral. Entretanto, é um rol de amarguras a vida de poeta que se percebe nos poemas românticos que relacionam o trabalho poético ao dinheiro, desde o *Camões* de Garrett que morre pobre.

Se não se fica rico fazendo poesia, o que levaria António Feliciano de Castilho a imprimir volumes e mais volumes de suas produções? Ele nos dá alguma pista no prólogo à segunda edição de *A Primavera*, em 1837:

Ha pois do titulo d’este livro a dentro, dado se não prometta senão primavera, um como ar de bondade e saude para o animo, de socego e bemaventurança para a vida: e por isso he que, a despeito de todas suas manchas, me parece bem, como ja no Ante-Prologo deixei tocado, atira-lo, como sementinha de erva medicinal, ao baldio safaro e corruto d’esta idade. Bem estou eu antevendo quantos de mim hão de haver lástima, por me assentar no meio de tão ferida e accesa batalha, por cantar entre tantas vozerias de odios. Paciencia! tambem sei que homem sentado não sóbe, nem a trôco de cantigas se comprão riquezas e valimentos: mas cada qual tem sua estrella, e a minha, que outra vez descobriu depois de largo eclipse, esta foi, e esta ha de ser; oxalá que para sempre! (CASTILHO, 1837, p.42-43).

Há nesse livro apenas primavera, diz Castilho. Não é, contudo, um apaziguamento, mas uma batalha, medicinal para ele, diríamos homeopática – talvez inútil –, contra a corrupção do mundo<sup>5</sup>. É a saudade de tempos mais frescos, floridos e poéticos contra o mundo capitalista. Com composições assim, sabe ele que não subirá de posição social nem conseguirá riquezas. Para ele, então, a felicidade está no próprio fazer poético, que deve, com temas primaveris, restaurar o encantamento do mundo:

Emquanto assim vai o presente avesso do preterito pelo que toca á moral e á felicidade, fallo da verdadeira felicidade, d'aquella em que a moral entra como elemento, e não da fizica e corporal, da de fazenda e honras, como hoje se entende; vejamos a que ponto subirão com o *movimento e progresso* as nossas letras. (CASTILHO, 1837, p.16, grifo do autor).

Há, portanto, duas felicidades: uma é a moral; a outra, física e corporal, de fazenda e honras. Tal como Herculano, Castilho não acredita em prazeres mundanos para o poeta, apenas no prazer moral. O bardo pode ser elevado moralmente, mas sem “fazenda e honras”. Seu valor fica apenas no apreço. Essa aparente desassociação com a necessidade de vender é desmentida pelo frontispício, onde consta a inscrição “Segunda Edição, Mais correcta, emendada, e copiosíssimamente accrescentada”. Por que anunciar modificações, inclusive com superlativos, se o objetivo não for vender o livro, inclusive para quem já possui a primeira edição e que, portanto, estaria fora do público alvo de uma segunda edição que apenas copiasse a anterior? Não podemos esquecer que o mercado consumidor de literatura em Portugal naquela época era muito pequeno. É preciso motivar os poucos leitores a comprarem duas vezes o mesmo livro para que, mesmo não obtendo riquezas, receba-se qualquer coisa a mais pela venda de sua obra.

É o caso, portanto, de nos perguntarmos pelos intelectuais que viviam exclusivamente do mercado das letras. Aqui, cabe um alerta de Jorge de Sena (1974, p.70):

[...] se o historiador busca a sua caracterização do período apenas nos grandes escritores (e entre eles deveria não esquecer aqueles que, no seu tempo, foram supostos grandes e diminuíram de estatura na medida em que a dos outros se avantajou por um processo em que, na maior parte, o período não tomou parte, mas a posteridade), corre grandemente o risco de caracterizá-lo

---

<sup>5</sup> É André Bueno (2002, p.183, grifo do autor) quem esclarece: “Excluído, tornado um ornamento, uma decoração consentida e excêntrica, por certo uma *paixão inútil* em relação ao mundo da mercadoria e das trocas, do dinheiro e da acumulação, o artista romântico tende a exacerbar a perdida condição de ser excepcional, glória única da natureza, elite do espírito, um excesso que se deveria valorizar. Por derivação direta, quer fazer da arte, sobretudo da poesia e da música um lugar de exceção, uma espécie de substituto para a religião no mundo abandonado pelos deuses”.



em termos que não foram suficientemente gerais ou sequer foram comuns às tais maiores figuras. A história literária portuguesa, com a sua habitual concentração exclusiva nas grandes figuras como grandes, tem estado sempre situada neste dilema.

Alertados por Sena, vamos em busca de alguns poetas considerados pela crítica atual “menores”. Fazemos isso não por acharmos que seremos capazes de mostrar em termos gerais a relação entre dinheiro e poesia no Romantismo português, mas por compreender que o movimento romântico é variado por natureza e que atentar à produção de mais alguns poetas pode ajudar a mostrar com mais clareza o que pensavam os literatos daquele período. Dedicamo-nos a um poeta caracterizado por Santos (1985, p.40) como de “[...] situação desfavorecida para qualquer das formas de capital consideradas”: Francisco Gomes de Amorim (1827-1891).

Antes, porém, é preciso falar de outro poeta e de seu tempo, porventura o mesmo das obras de Gomes de Amorim. São produções da Regeneração<sup>6</sup>, período de crescimento dos meios de comunicação e de transportes em Portugal, buscando o progresso. Referimo-nos a António Feliciano de Castilho. Ora, mesmo o leitor menos atento percebeu que este nome já foi alvo de curta análise neste ensaio. Castilho, como já dissemos, a cada edição de uma obra sua, altera-a de modo a criar uma nova. Além disso, ele chega a criar outros de si mesmo. Uma heteronímia *avant la lettre*? Talvez. Um dia, quem sabe, desenvolvamos isso. Por ora, cabe apresentar o novo Castilho, por medo, em parte, de como grande figura que foi, “caracterizá-lo em termos que não foram suficientemente gerais ou sequer foram comuns”, como disse Sena (1974).

O outro Castilho é o autor que se lança no meio editorial com o *Estreias Poético-Musicais para o ano de 1853*. Os poemas desse livro foram compostos em São Miguel, nos Açores, quando António Feliciano lá esteve entre 1847 e 1850. Naquela ilha, ele pôs em prática seu método de alfabetização e trabalhou para a melhoria da vida dos agricultores. Bulhão Pato (1877, p.339) nos informa: “Foi ahi que escreveu a ‘Felicidade pela Agricultura’ e as ‘Estreias poeticas’: poesia social da mais santa, da mais elevada, da mais proficua e profunda!” Depois continua, como que apresentando um Castilho desconhecido. Após toda a polêmica da *Questão Coimbrã*, relacionar o nome do velho poeta cego à “poesia social” parece realmente novidade. O que nos diz Castilho (1907, p.145-147, grifo do autor) sobre essas poesias?

Em testemunho de aceitação e agradecimento, quizera enviar-vos, desde já, coisa que na luzida companhia dos vossos artigos não houvesse de

---

<sup>6</sup> Nas palavras de Oliveira Martins (1996, p.240): “Entre o romantismo liberal e a democracia futura está a regeneração (nome português do capitalismo), um período triste, mas indispensável como consequência do antecedente e preparação para o ulterior”.

ficar envergonhada. Mas o poeta, a quem me era forçoso recorrer para tal desempenho, o meu amigo de infância, e com quem vivi inseparável cinquenta annos, enterrei-o eu mesmo por minhas mãos, como já vos disse; e enterrei-o vivo, que foi uma grande lástima! [...].

Já lá vai o tempo, em que a poesia era só um monte de amenidades, povoado de bellas virgens, tocando, cantando e dançando. Hoje a Poesia, quer este seculo laborioso e forte, que seja fecunda, activa, séria, religiosa, agricultora, operária e fraternal.

Esta carta, endereçada a Silva Tulio, então diretor do jornal literário *A Semana*, explica bem a diferença entre suas novas e antigas poesias. Está enterrado o poeta que ele foi quando jovem. Este novo tem outro propósito, temáticas diferentes, porque o século é diferente. O objetivo de *A Primavera* era mostrar algo além do mundo prosaico. Agora é contribuir “para o melhoramento humano, pela poesia”.

O que Pato (1877) chama de “poesia social”, o “Hymno da Caridade”, era Hino que a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes de S. Miguel cantava e tocava com o objetivo de angariar fundos para construir uma escola no terreno doado pela rainha d. Maria II. Pedir, exercitar a caridade, ajudar os pobres, pode parecer pouco, mas é a percepção de que o mundo precisava de ajuda mais prática, demonstrando a ética desse poeta. Contudo, as utopias sociais, mesmo as românticas, acabam se tornando uma forma de repressão e tirania. “O que vive na inercia aborrida,/ Não somente é d’irmãos roubador;/ É suicida; e mais vil que o suicida;/ É suicida a quem falta o valor” (CASTILHO, 1907, p.126). Esses versos mais parecem acusar do que unir. Defender o trabalho e atacar o ócio deve ter feito sorrir muitos burgueses. A intenção desse Castilho pode ter sido, acreditamos, atacar a aristocracia e a burguesia que vive da exploração dos trabalhadores. Entretanto, está apenas motivando os pobres a trabalharem mais felizes e a desprezar o ócio. De qualquer forma, cabe ressaltar que há uma percepção das diferenças sociais, uma preocupação com os mais pobres e a visão dos poetas como trabalhadores.

É, portanto, pensando em “Contrariedades”, de Cesário Verde (2003), que transitamos pela poesia romântica portuguesa. O poeta e a tísica engomadeira são dois trabalhadores. Com o poeta e a engomadeira em mente, debruçamo-nos sobre alguns poemas de Francisco Gomes de Amorim. O famoso biógrafo de Garrett é aqui chamado não por sua relação com o poeta de *Camões*, mas por sua própria biografia. Estamos cientes de toda a problemática do uso de dados biográficos para analisar literatura e não é isso que pretendemos. Chama-nos atenção a poesia de Amorim pela forma como ele era conhecido em seu tempo: “poeta-operário”! É com este epíteto que seus poemas são anunciados em 1849 na *Revista Universal Lisbonense*, quando tem sua estreia poética.

Na pequena autobiografia que acompanha seu primeiro volume de poesias, *Cantos Matutinos* (AMORIM, 1858), vemos uma história sofrida e romantizada. Nascido numa pequena aldeia do Minho, aos dez anos acompanha o irmão numa viagem ao Brasil organizada por um aliciador de trabalhadores portugueses. Era prometida riqueza fácil no Novo Mundo. Porém, a situação que encontravam ao chegar era praticamente a escravidão, chegando a serem negociados em praça pública, como antes eram os africanos. “Achava-me quasi só, e sem perceber que estava n’um mercado de escravos brancos, e que era considerado *refugo* pelos entendedores” (AMORIM, 1858, p.viii). História não muito diferente das que a própria *Revista Universal* anunciava desde seu primeiro ano denunciando o tráfico de escravos brancos para o Brasil, nem muito distante da narrada por Ferreira de Castro em *A Selva* de 1930. Assim foi Amorim a Belém do Pará, onde acabou trabalhando como caixeiro e onde, escondido, teve contato com seus primeiros livros: *História de Carlos Magno* e *Os Lusíadas*, que, segundo ele, decorou. Na loja onde trabalhava, não aceitava desaforos nem críticas aos seus patrícios e atirava coisas em quem caluniasse a si ou a Portugal. Após atacar um dos protegidos do presidente da província, fugiu para o sertão amazônico, subindo pelo Xingu e Amazonas. Até que, na vila de Alenquer,

N’essa povoaçãozinha, de que não posso lembrar-me sem uma doce melancolia, encontrei um dia, em casa d’uma família indígena, e dentro de um cesto forrado com folhas de bananeira brava, quatro ou cinco livros velhos. Um destes era o poema *Camões*, de Almeida Garrett, edição do Rio de Janeiro. (AMORIM, 1858, p.xiv-xv).

Após este maravilhoso encontro com a literatura romântica portuguesa, ele resolve escrever a Garrett e voltar a Belém. Algum tempo depois veio a resposta, curta, dizendo que era impossível ajudá-lo estando ele no Brasil. Gomes de Amorim decide então voltar a Portugal para estudar e conhecer pessoalmente Garrett. Sobre Amorim, relata-nos Bulhão Pato:

Era um poeta esse moço. Não se inspirava só no amor da mulher; cantava as amarguras e atribulações do povo a que pertencia, com ardor, verdade, força e inspiração.

Assignava-se “Poeta operario”. Conhecia as rudes provações da vida. Tinha transposto os mares até ao Novo Mundo, deixando o lar e as afeições da infancia. Partira desamparado e peregrino. Fortalecera-lhe o espirito o trabalho (PATO, 1877, p.47).

Concordamos com Bulhão Pato (1877, p.47). Gomes de Amorim “[...] cantava as amarguras e atribulações do povo a que pertencia”. Seus poemas incentivam a

caridade, retratam as dificuldades dos que “pedem”, as diferenças sociais, etc. São os temas que o novo Castilho descobre nos Açores. É uma defesa dos que têm a vida “votada ao duro officio de pedir”, como vemos no poema “A Esmola” (AMORIM, 1866, p.294).

Diferentemente dos poetas burgueses ou pequeno-burgueses, que viam o povo como o outro, Amorim viveu essa vida de amarguras e atribulações e canta também<sup>7</sup> isso em seus poemas, inclusive alguns com fundo autobiográfico. É o caso de “filho e mãe”, com duas partes bem distintas. A primeira, a despedida dos dois, quando, apesar do desespero e palavras de aviso da mãe no cais do porto, o jovem quer enriquecer com a aventura marinha:

Hei de trazer um thesoiro  
Das terras d’além mar...”  
- Oh!.. – “De grossas contas de oiro  
Te hei de fazer um colar.  
Não chores, oh! mãe querida,  
Não chores que hei de tornar,”  
- Ai! filho da minha vida  
Nunca mais te torno a ver!  
Filho, não vás, não me deixes  
Que te não quero perder. –  
[...]  
“Vou em busca da riqueza,  
Oh! mãe confia no ceu...”  
- Não, não, eu quero a pobreza  
Ao lado do filho meu.  
Não sejas ambicioso,  
Filho do meu coração...-  
“Mãe, no instante doloroso  
Da nossa separação,  
Roga por mim ao Senhor [...]. (AMORIM, 1858, p.316-317).

A mãe nega a riqueza duas vezes: “Não, não, eu quero a pobreza”. Ela é a segunda voz que se levanta contra a aventura marinha em busca de “promessas de reinos e de minas/ de ouro” (CAMOES, *Lusíadas*, IV, 97, 5-6). “Não sejas ambicioso”,

---

<sup>7</sup> Apesar de alguns poemas sobre pobreza e dificuldades da vida, Gomes de Amorim foi o introdutor da Poesia Marítima em Portugal (CORDEIRO, 1892), cantando a vida no mar, de piratas e marinheiros ingleses, sobretudo.

pede a mãe. O velho do Restelo teve discurso semelhante: “Ó glória de mandar, ó vã cobiça/ Desta vaidade a quem chamamos Fama!” (CAMOES, *Lusíadas*, IV, 95, 1-2). O venerando velho não foi ouvido. O clamor da mãe também não. Os desastres são agora ainda piores, pois não há novo império, mas escravidão em outras praias. A segunda parte do poema é a constatação do desalento: “Partiu o filho; e dez annos,- Buscando a fortuna em vão,/ Só amargos desenganos/ Encontrou sua ambição” (AMORIM, 1858, p.318). Dez anos durou a guerra de Tróia cantada na *Iliada*, outros dez o retorno de Ulisses. Em dez anos o menino de Amorim não teve um fato heróico, não venceu o mito, não teve aventura nem voltou com glória. Essa vida sofrida contribui para explicar o título do segundo volume de seus versos:

Hesitei por muito tempo sobre se deveria dar a esta collecção um titulo, que significasse a estação da vida em que foram escriptas as peças que nella se contêm; mas quem se viu no vigor da idade valetudinário, e arrastando a existencia como um pezo inutil, não podia com verdade affirmar se estas composições nasceram numa quadra florente, ou se caíram, como as folhas das arvores, com os primeiros sopros do outono.

Se até aos vinte e cinco annos só colhi espinhos no rosal da vida, d’ahi em diante veiu a doença esfolhar-me as rosas, prostrando-me entre os goivos da sepultura. Não tive, pois, a primavera, e acho-me no outono sem ter tido estio. Seria mal cabido, portanto, o nome de qualquer d’essas estações para significar o tempo em que foram escriptos estes versos, e por isso lhes dei o titulo de *Ephemeros*. (AMORIM, 1866, p.8).

Essa dita efemeridade de seus poemas é questionável, uma vez que muitos dos que compunham o primeiro volume foram aproveitados neste segundo, com pouca ou nenhuma alteração. É o caso da sátira “Dinheiro”, no qual quem fala é o próprio tema do poema: “O anjo do mal no inferno/ Por vingança me gerou” (AMORIM, 1866, p.88). Nessa longa poesia, o dinheiro demonstra seu poder sobre impérios, homens, mulheres, religiosos, magistrados, deputados, ministros, etc. Mais uma vez recordamos o velho do Restelo, denunciando que o real motivo da expansão ultramarina era a cobiça, a busca por dinheiro, ideia ratificada nesse poema:

Até novos hemispherios  
Vai meu amor descobrir;  
E vastissimos imperios  
Eu falo erguer ou cair.  
Por mim se cortam as vagas;  
Por mim a remotas plagas  
Se vai a morte affrontar;

[...]  
Honestidade e vergonha,  
São nomes que fazem dó!  
Eu lavo toda a peçonha;  
Fama, infamia, dou eu só!  
Eu dou virtude e nobreza,  
Poder, e gloria, e belleza,  
Gozo, prazeres, e amor!  
Dinheiro, dinheiro é tudo! (AMORIM, 1866, p.90-91).

Os portugueses “passaram ainda além da Taprobana” (CAMÕES, *Lusíadas*, I, 1, 4), para que eles “se vão da lei da Morte libertando” (CAMÕES, *Lusíadas*, I, 2, 6). Segundo o dinheiro, é por ele que tudo isso é feito, “por mim a remotas plagas/ se vai a morte affrontar”. Apesar de o velho do Restelo reclamar que tudo era vã cobiça, os navegadores de Vasco da Gama tiveram como prêmio a Ilha dos Amores. Quem desmistifica o presente dos deuses aos portugueses é Gomes de Amorim nesse poema. “Eu dou virtude e nobreza,/ Poder, e gloria, e belleza,/ Gozo, prazeres, e amor!”. Aqui, todo o sentimentalismo romântico é posto em causa pela percepção de um “poeta-operário” que “conhecia as rudes provações da vida”. O que seria apreciado é ridicularizado pelo dinheiro, com ainda mais força na primeira versão, nos *Cantos Matutinos*, onde o verso está ligeiramente diferente: “Honestidade ou vergonha,/ – Nomes vão que fazem dó –” (AMORIM, 1858, p.184). O que é vão não é mais a glória de mandar ou a cobiça, mas honestidade e vergonha. No pensamento romântico, que se revolta contra a perda de valores do mundo, vemos a constatação de um desarranjo, mas sem muita esperança de transformação, apenas um aviso, um tanto quanto resignado:

Assim falla o deus erguido  
Nas aras da corrupção;  
E o seculo convencido  
Adora-o com mais paixão:  
Outro deus já não conhece;  
E se o Deus do ceu se esquece  
De taes erros castigar,  
Verá um dia o dinheiro,  
Rival de Deus verdadeiro,  
Tendo a terra por altar. (AMORIM, 1858, p.185).

Talvez Gomes de Amorim tenha achado muito forte e pesada esta imagem, o dinheiro como Deus, e alterou o primeiro verso desta última estrofe trocando “deus” por “ouro”, correndo o risco de perder a métrica de sete para seis sílabas. A possibilidade de troca sem alterar o sentido indica que nosso poeta operário percebeu cedo o poderio do dinheiro. Nos nossos dias, Saramago (2000, p.292) relaciona o Centro de Compras com Deus, subvertendo expressões como “O Centro escreve certo por linhas tortas” em seu romance *A Caverna*. Se vivemos hoje numa sociedade de consumo, sua expansão começa com a acumulação do século XIX e o processo de modernidade industrial. O dinheiro, mais do que corromper, como acusam outros românticos, é adorado como deus, como aponta Amorim.

O poeta-operário, entretanto, não foi o primeiro a publicar uma sátira sobre dinheiro no século XIX em Portugal. Ele utiliza como epígrafe uns versos de Nicolau Tolentino de Almeida (1740-1811): “Dinheiro, invicto dinheiro,/ Só em ti é que eu me fundo:/ Tens o direito da força,/ És o tyranno do mundo.” Tolentino é um interessante espectador de seu mundo:

Por isso ele vai talvez mais longe do que ninguém, não só na descrição satírica das camadas que desde o século XVIII têm dado o tom a Portugal, mas ainda na expressão de um sentimento que (entre outros) se tornou frequentemente português: um certo encolher de ombros resignado e “lúcido” (para utilizar uma expressão de consciente abulia tão cara a Fernando Pessoa) ante certa mediocridade social e moral do meio, quando contra ela apenas se reage com essa mesma “lucidez” irónica. (SARAIVA; LOPES, 2005, p.639).

Apesar dessa “lucidez”, Tolentino não foi um sucesso editorial, mesmo com certa fama ao longo do século XIX. Suas obras só encontraram editor em 1801, sendo publicadas em dois volumes. Camilo Castelo Branco, em carta a Faustino Xavier de Novais, reclama, em 1858, que “ainda se não exauriu a segunda [edição] das poesias de Nicolau Tolentino” (CASTELO BRANCO, 1865, p.133). O motivo parece estar justamente na temática de suas composições, como explica um crítico “anônimo”, C., na biografia de Tolentino publicada na *Revista Universal Lisbonense* em 1847:

Para interessar o público, para grangear os applausos da posteridade, é necessario mais alguma coisa que petições de miseria, e versos que so fallam de *Irmans famintas*, e com os *filhos ao collo*, de *tripodes de pinho*, de *palmatoria*, de *rapazes damninhos*, e de peditorios de uma occupação, e outras similhates bagatellas, por muito ingenhoso e engraçado que seja o estylo em que estejam escriptas. (REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, 1847, p.474).

O crítico da *Revista Universal Lisbonense* considera que essas “bagatelas” não são assuntos para a composição poética, por isso não há público para elas. Ele não estava

sozinho nessa opinião, como o próprio indica, por ter lido o comentário do “erudito, e judicioso crítico Sismondi (apud REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE, 1847, p.500, grifo do autor)” no livro *Historia da litteratura do Meio-dia da Europa*:

*J'ai parcouru les deux volumes de poesies, publiées à Lisbonne par Nicolau Tolentino de Almeida, professeur de rhétorique. Je sais qu'il a de la reputation parmi les portugais, mais je ne puis point decouvrir en lui de sentiment poetique. Il me parait le flateur à gages de grands seigneurs, que me sont inconnus: ses vers n'ont presque objet que de mendier des places, et de l'argent [...].<sup>8</sup>*

Pedir, ou mendigar, posições e dinheiro. O “erudito” crítico também não via nesses temas o “sentimento poético”. Felizmente, esses temas aparentemente avessos à poesia romântica encontraram alguns leitores e cultores, como Francisco Gomes de Amorim. Afinal, a relação entre dinheiro e poesia está presente nos poemas tolentinianos, como este trecho do “CARTA, Aconselhando a hum Cabelleireiro, que não continuasse a fazer Versos”:

A ocupação de Poeta  
He nobre por natureza;  
Mas todo o Officio tem ossos,  
e os delle são, a pobreza;

Os dentes do bom Camões  
Sejão fieis testemunhas;  
Muitas vezes esfaimados  
Não acharão senão unhas; (TOLENTINO, 1801, tomo II, p.97).

Qual a ocupação do poeta? Luís Maffei, em seu texto já citado, aceita o desafio de Jorge Fernandes da Silveira (1995, p.195): “o leitor esperto poderia propor-se uma pesquisa sobre o *desemprego em Campos* [...]”. Na segunda metade do século XIX o “desemprego” não é muito diferente do de Campos. O épico d’outrora está cercado de exíguas pimenteiras na visão de Cesário. Álvaro de Campos dirá: “Pertencço a um gênero de portugueses/ Que depois de estar a Índia descoberta/ Ficaram sem trabalho.” (PESSOA, 1999, p.12). Maffei (2009) aponta como um dos traços da poesia moderna do século XX, ou de fins do XIX (com Cesário), a percepção do poeta como um “gênero” de desempregado por excelência.

---

<sup>8</sup> “Percorri os dois volumes de poesias, publicados em Lisboa por Nicolau Tolentino de Almeida, professor de retórica. Eu sei que ele possui uma reputação entre os portugueses, mas não consigo descobrir nele o sentimento poético. Ele me parece o lisonjeiro de garantias de senhores, que me são desconhecidos: seus versos não têm outro objeto senão implorar posições, e dinheiro [...]”.



Ora, vimos até agora que não foi Cesário o primeiro a perceber o “campo de manobras” do mundo editorial das Letras. No século XIX vemos que aqueles que não trabalham são os que mais têm dinheiro e os que menos precisam de trabalhar, vivem “na inercia aborrida”, segundo Castilho (1907). No outro extremo, há os que sobrevivem do “duro officio de pedir”, como defende Amorim.

Desde o início do século XIX em Portugal, podemos ver o poeta reclamando tanto da falta de dinheiro quanto da pouca valorização dada a seus cantos. Podemos começar com o *Camões*, de Garrett, ou com algumas críticas de Tolentino. É claro que havia certa idealização do papel da poesia naquela sociedade, como a rigidez de Herculano demonstrou. Entretanto, a percepção de que uma vida de eremita – como muitos chamavam a de Alexandre Herculano na Ajuda – não era para todos, foi tomando conta das mentalidades, sobretudo dos poetas com maiores dificuldades financeiras.

Nenhum deles se considera desempregado, tal como Álvaro de Campos, apesar de presenciarem situações semelhantes. A explicação, se houver, é simples e é-nos dada por Gomes de Amorim, quando comenta o “duro officio de pedir”. Não há poetas desempregados no romantismo português, seu emprego é “pedir”. O crítico das obras de Tolentino já havia percebido isso. O *Camões* de Garrett vai ao paço pedir. O novo Castilho de 1853 pede pelos pobres e pelas crianças. Gomes de Amorim também. Inclusive, pede por si mesmo, a Garrett, na famosa carta cuja resposta fez com que o poeta operário voltasse a Portugal. Apenas Herculano parece estar gritando por um outro valor – “tudo é sonho vão”.

CRUZ, E. da. Poets do not live on daisies: the matter of money on the Portuguese romantic poetry. **Revista de Letras**, São Paulo, v.52, n.1, p.157-176, jan./jun. 2012.

- **ABSTRACT:** *Throughout the nineteenth century, Portugal witnessed the professionalization of the writer, who is forced to sell their works on the market. In this essay we evaluated how the relations between poetry and value, money and poverty, work and poetic composition appear in the poems. Also, we aim to investigate how some romantic poets position themselves on these issues in their poems. We start our analysis on the three main figures of the first generation: Almeida Garrett (1799-1854), Antonio Feliciano de Castilho (1800-1975) and Alexander Herculano (1810-1877), then, we observe the work of Gomes de Amorim (1827-1891), then known as the “poet-worker”, and we verify if his social situation interferes with his poetry.*
- **KEYWORDS:** *Poetry. Money. Work. Romanticism.*

## Referências

- AMORIM, F. G. de. **Cantos matutinos**. Lisboa: Typographia Progresso, 1858.
- \_\_\_\_\_. **Ephemeros**: versos de Francisco Gomes de Amorim. Vol. II. Lisboa: Typographia da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1866.
- BUENO, A. As paixões inúteis: revoltas românticas contra o capitalismo. In: \_\_\_\_\_. **Formas da crise**: estudos de literatura, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. p.129-152.
- CAMÕES, L. de. **Os Lusíadas**. Edição organizada por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Ed., 1978.
- CASTELO BRANCO, C. **Onde está a felicidade?** Porto: Casa de Cruz Coutinho Ed., 1856.
- \_\_\_\_\_. **Esboços de apreciações litterarias**. Porto: Casa da viúva Moré Ed., 1865.
- CASTILHO, A. F. de. **A primavera**. 2.ed. mais correcta, emendada, e copiosíssimamente accrescentada. Lisboa: Typographia de A. J. S. de Bulhões, 1837.
- \_\_\_\_\_. A Revista Universal Lisbonense á imprensa e ao publico. **Revista Universal Lisbonense**, Lisboa, n.30, 28 de abril de 1842.
- \_\_\_\_\_. **Estreias poetico-musicas para o anno 53**. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1907.
- COELHO, J. do P. A propósito dum centenário: Herculano poeta: cambiantes e tensões”. **Colóquio/Letras**, Lisboa, n.41. p.5-18, jan. 1978.
- CORDEIRO, A. X. R. Francisco Gomes d’Amorim. In: NOVO almanach de lembranças luso-brazileiro para o anno de 1893. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1892. p.5-13.
- GARRETT, A. **Viagens na minha terra**. Lisboa: Typographia da Gazeta dos Tribunais, 1846. 2v.
- \_\_\_\_\_. **Obras de Almeida Garrett**. Porto: Lello & Irmão, 1963. v.2.
- HERCULANO, A. **Cartas de A. Herculano**. 5.ed. Lisboa: Bertrand, [19- – a]. t.2.

\_\_\_\_\_. Da propriedade litteraria. In: \_\_\_\_\_. **Opúsculos II**. 6.ed. Lisboa: Bertrand, [19- – b].

\_\_\_\_\_. **Eurico, o presbítero**. 41.ed. Lisboa: Betrand, [19- – c].

\_\_\_\_\_. **Poesias**. 14.ed. definitiva conforme com as edições da vida do autor. Dirigida por David Lopes. Lisboa: Bertrand, [19- – d].

LOURENÇO, E. Romantismo, Camões e a saudade. In: \_\_\_\_\_. **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.54-64.

LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAFFEI, L. O desemprego em Campos: mais certos biscates de Cesário e Sá-Carneiro, Camões às voltas com uns relógios de ponto e Soares cômico de que é preciso dinheiro para viajar à China. **Relâmpago**, Lisboa, n.25, p.75-92, out. 2009.

MARTINS, O. **Portugal contemporâneo**. Lisboa: Guimarães Ed., 1996. v.2

MENDONÇA, A. P. L. de. **Memórias de um doido**. Edição crítica, comparativa das 1ª e 2ª edições: 1849 e 1859: estudos e notas de José Augusto França. Lisboa: INCM, 1982.

PATO, R. A. de B. **Sob os ciprestes**: vida intima de homens illustres. Lisboa: Bertrand, 1877.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE. Lisboa: Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, t.6, n.40/42, p.471-500, 1847.

PESSOA, F. **Poemas de Álvaro de Campos**. Edição de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SANTOS, M. de L. C. L. dos. **Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos**. Lisboa: Presença, 1985.

SARAIVA, A.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. 17.ed. Porto: Porto Ed., 2005.

SARAMAGO, J. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENA, J. de. Para uma definição periodológica do romantismo português. In: VV, AA. **Estética do romantismo em Portugal**. Lisboa: Grémio Literário, 1974. p.65-77.

SILVEIRA, J. F. Álvaro de Campos: o desempregado da Campanha das Índias. **LETRA**, Santa Maria, n.69-84, edição especial, p.69-84, jan./jul. 1995.

TOLENTINO, N. **Obras poéticas**. Lisboa: Régia Offic. Typ., 1801. 2t. em 1 v.

VERDE, C. **O livro de Cesário Verde**. Porto Alegre: L&PM, 2003.